



Bazares e pastéis: equívocos da prática pedagógica

Zinara Marcet de Andrade

Professora e Suporte Técnico Pedagógico da Rede Municipal de Curitiba, na Escola Municipal Otto Bracarense Costa Drª. em Educação pela UFPR.

E-mail: zinara1@gmail.com

“O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é”

Karel Kosik

RESUMO:

Embora a educação escolar seja considerada primordial ao desenvolvimento pessoal e, consequentemente, indispensável à construção de uma sociedade mais fraterna, justa e digna, os recursos públicos destinados são insuficientes. Diante dessa situação, significativa parcela de profissionais da educação instituíram práticas como vender pastéis, realizar bazares e rifas para resolver problemas que deveriam ser solucionados somente com recursos oriundos dos tributos pagos pelos contribuintes. Entretanto, impregnados pelo discurso ideológico e hegemônico que rege a lógica capitalista, tais profissionais, ao agirem com as melhores das intenções, colaboram para que a situação da educação continue sem a qualidade desejada ou até pior.

Palavras chave: educação escolar, ideologia, capitalismo.

INTRODUÇÃO

A importância atribuída à educação escolar sempre foi expressiva, mas nas últimas décadas ganhou destaque nos mais diversos fóruns nacionais e internacionais. Por razões distintas, principalmente o discurso ideológico e hegemônico, a educação é vista como o principal elemento transformador das sociedades atuais. Sob tal convicção, a sociedade contemporânea plena de injustiças, pobreza, corrupção, tristezas e tantas outras mazelas, seria transformada num espaço mais fraterno, respeitoso, honesto, democrático, mais justo e mais feliz, se todos ingressassem e permanecessem em escolas de qualidade para “aprender a aprender” por toda vida.

Nesse contexto esperançoso, o número de instituições escolares e estudantes matriculados aumentaram significativamente nas últimas décadas¹. Contudo, apesar das estatísticas apontarem o aumento de escolas e estudantes, no que diz respeito ao setor público, tanto o número de vagas, como os recursos necessários ainda são insuficientes, em especial para as demandas da educação infantil e da educação integral.

Apesar da insuficiência de recursos para manter as instituições educacionais em condições desejáveis, e por ser um empreendimento de grande visibilidade junto à comunidade e à mídia, os prefeitos empenham-se em inaugurar escolas e creches, bem como ampliar a oferta de vagas de turnos integrais.

Embora seja inegável a necessidade e a urgência da ampliação do número de instituições escolares para garantir o direito à educação de todos os cidadãos em idade escolar e dos que precisam e/ou desejam estudar, é muito comum os poderes públicos, em especial as prefeituras, não aportarem a quantidade necessária de recursos financeiros para a manutenção predial das escolas existentes, o que toda e qualquer construção requer. O mesmo acontece com as verbas destinadas a garantir as quantidades suficientes de materiais pedagógicos, de higiene e até mesmo para a contratação de profissionais para o funcionamento diário das instituições de ensino. É inquestionável a falta de profissionais nas escolas, principalmente de educadores nos Centros de Educação Infantil (CMEIS) e inspetores e professores nas escolas de Ensino Fundamental.

A população, em geral, está ciente desses problemas, sobretudo a categoria de professores das

escolas públicas, atingida diretamente pelas críticas feitas à situação educacional brasileira, que na maioria das vezes responsabiliza os docentes e os pais pelo fracasso escolar.

Nesse cenário, não é de se estranhar que muitos professores frustrem-se e até adoeçam com os problemas vividos no dia a dia das escolas, pois se sentem impotentes perante os muitos dramas, que vão da falta de condições materiais para ministrar suas aulas de acordo com os padrões de qualidade exigidos, à constatação da quantidade de estudantes que saem das escolas com lacunas imensas de conhecimento.

Todavia, a maior parte da população, incluindo a categoria dos professores, não percebe que os problemas educacionais mais graves não se conformam no interior das escolas, mas resultam de múltiplas variáveis que se entrelaçam na realidade social em determinado contexto histórico.

Como resultado deste desconhecimento, muitos profissionais da educação chegam ao ponto de fritar pastéis, trabalhar em bazares e fazer rifas para arrecadar recursos financeiros porque acreditam que ao fazê-lo contribuem para a melhoria da educação e, consequentemente, dos estudantes e da sociedade. Assim, lamentavelmente, além de muitas vezes as professoras levarem cadernos, provas e pareceres² para fazer em casa, no horário de merecido descanso, ainda sentem-se na obrigação de “colaborar” com ações que ajudem as escolas a angariar recursos para solucionar problemas que na verdade são de responsabilidade do setor público, que devem ser honrados com receitas dos impostos pagos pelos contribuintes.

Por tais motivos, o objetivo do presente texto é chamar a categoria dos professores das escolas públicas a refletir sobre a (in)conveniência do ato de fritar pastéis e outras práticas equivocadas a fim angariar verbas que possam “ajudar” as escolas a cumprirem seu papel histórico de transmitir o saber objetivo acumulado ao longo da existência da humanidade.

Para tanto, utiliza-se como referencial teórico o materialismo histórico³ por compreender que este possibilita que a realidade seja entendida para além de suas aparências imediatas, pois o tema em foco, bastante polêmico, não pode ser visto como uma questão de opinião ou mero juízo de

¹ Segundo dados disponíveis no portal Cidade do Conhecimento, **Informações Educacionais**, o número de estabelecimentos de ensino em Curitiba passou de 341 em 1997 para 576 em 2013. A mesma fonte apresenta os dados sobre matrículas do período.

² Os “PARECERES” são instrumentos de avaliação dos estudantes utilizados nas escolas públicas de ensino fundamental de Curitiba e cumprem um papel semelhante aos boletins das décadas passadas. Porém, são muito mais extensos e com detalhes sobre o aprendizado de cada um dos componentes curriculares. Os pareceres possuem em média 5 (cinco) páginas, cuja maioria destas é preenchida pela professora regente. As professoras de ciências, arte, educação física e ensino religioso preenchem a sua respectiva parte.

³ Utiliza-se a expressão Materialismo Histórico, suprimindo o termo Dialético, por considerar que está implícito, uma vez que a referida expressão significa a análise do “movimento da sociedade com seus fenômenos contraditórios”, a partir da base material existente no decorrer do desenvolvimento da humanidade.

valor. Conforme será colocado adiante, o equívoco de angariar receitas para contribuir com a educação escolar deve ser percebido para além do senso comum, ou melhor, que existe uma explicação científica para tal fenômeno social.

Contudo, somente o entendimento dos fundamentos da sociedade em que vivemos, bem como dos seus mecanismos de reprodução, pode deixar claro que a realização de trabalhos no interior das escolas a fim de obter dinheiro para suprir as carências educacionais é “um tiro no pé”, pois proporciona aos dirigentes dos setores públicos a possibilidade de se acomodarem e transferirem cada vez mais a sua responsabilidade para os cidadãos comuns. Além disso, tais atos tendem a dar todas as condições para que nada mude para melhor na educação ou na sociedade em que vivemos.

O discurso ideológico e a exploração do trabalho no presente contexto: a mais-valia

Muito mais do que uma exposição metódica sobre um determinado tema, um discurso ideológico consiste num conjunto de ideias, valores e sentimentos de uma época, com suas particularidades, veiculado constantemente por meio das mais diversas formas com o objetivo de transmitir e influenciar o pensamento, a maneira de agir e perpetuar ideias que tornem verdadeiros os fenômenos refutáveis.

Todavia, não se pode pensar que a ideologia é necessariamente uma construção artificial. Por ser uma construção social e histórica, a ideologia se conforma a partir da condição material e a consequente visão de mundo que a classe dominante de uma época possui. Em outras palavras, a partir do julgamento de seus direitos e seu modo de existência, ela estabelece o modo de ver a realidade que a cerca. Para tanto, a classe dominante impõe seus pensamentos e sua maneira de viver que aos poucos se expande e se impregna nos demais por meio dos seus canais de comunicação e controle das instituições familiares, educacionais, religiosas e até mesmo das formas de lazer possíveis.

O discurso ideológico pode também ser hegemônico, o que ocorre quando a maior parte de uma população acredita, vive de acordo e propaga as ideias e as orientações de uma corrente de pensamento e, consequentemente, age em consonância com as diretrizes de tal discurso. Logo, a hegemonia pode ser entendida como:

[...] a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera este bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, numa ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas. Tal concepção articula-se perfeitamente com a visão de Estado ampliado, pois, nas condições do capitalismo contemporâneo, uma classe mantém a dominação se for capaz de exercer uma liderança moral e intelectual, fazendo certas concessões a seus aliados, numa perspectiva não economicista, a ultrapassar os interesses meramente corporativos. (COSTA, 2012)

Porém, um discurso ideológico, hegemônico ou não, só pode ser compreendido quando revelado o seu contexto social e histórico. Portanto, compreender a conveniência do discurso ideológico e hegemônico que induz professores e pais de alunos a angariar recursos financeiros para ajudar as escolas públicas a melhorar a qualidade do ensino, requer em primeiro lugar ter clareza sobre a forma de organização social em que estamos inseridos no presente: o capitalismo com seu elemento fundamental, a mais-valia.

Nesse sentido, o primeiro ponto a abordar consiste no fato que ao mesmo tempo em que quase todos sabem, ou ao menos expressiva maioria tem conhecimento, que vivemos numa sociedade capitalista, essa maioria relaciona o termo capitalismo somente ao dinheiro. O que a maioria não percebe é que viver sob a égide do “capitalismo” tem uma implicação muito mais complexa – e dramática – do que a mera possibilidade de ter “dinheiro” para a aquisição de bens materiais ou imateriais.

Em outros termos, a maioria não sabe que o capitalismo é uma forma de organização societária, com consequências negativas para a maior parte das pessoas que nela vivem e com muitas contradições. Essa maioria também desconhece que, por ser um processo histórico, seu início não coincide com o início da civilização humana e, certamente, não será eterno. Assim, lamentavelmente, poucos sabem o que isto significa e raríssimos são aqueles que têm clareza sobre

a construção social e histórica do capital, assim como também não sabem as razões pelas quais esse modelo social impossibilita a existência humana em sua plenitude.

No entanto, se quisermos compreender como somos iludidos e conduzidos ideologicamente por um discurso que nos leva a realizar atos que contribuem para continuidade de uma sociedade excludente, dividida em classes, plena de contradições, que oculta as relações sociais que possibilitam a dominação e a exploração, precisamos saber que:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade de trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera ritmos de vida. (HARVEY, 2000. p. 307)

O capitalismo como forma de organização social possibilita que poucos tenham muito e muitos se sacrifiquem em prol da acumulação de riqueza de poucos, o que é facilmente constatável⁴. O que garante esse acúmulo de riqueza de poucos não é o trabalho individual exercido, mas sim a exploração do trabalho alheio, o que no materialismo histórico é chamado de mais-valia⁵, também conhecido como trabalho excedente, cuja parte mais significativa é popularmente conhecida como lucro.

Embora não seja possível no presente texto teorizar sobre o processo de obtenção de mais-valia, elemento crucial para o capitalismo, é preciso, ao menos, destacar que ela se conforma a partir da parte do trabalho pela qual o operário não é remunerado. Em outros termos, o trabalhador recebe somente uma parte do que produz durante a jornada de trabalho⁶. A outra fica para o capitalista que o emprega e recebe o nome de mais-valia, ou lucro.

A parte da produção que o trabalhador recebe corresponde aos meios de subsistência necessários à sua sobrevivência e é popularmente conhecida como salário⁷. A outra parte constitui a mais-valia, base da acumulação de capital, condição *sine qua non* para a existência do capitalismo:

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho na qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista" (MARX, p. 178, 1988)

Assim, o que um trabalhador recebe como contrapartida pela venda de sua força de trabalho na sociedade capitalista, denominado de salário, é o equivalente à manutenção de sua existência e a de sua família. Por isso, o que um trabalhador recebe como pagamento pelas horas de sua vida que dedica ao labor nunca é maior do que o estritamente necessário para a manutenção dele mesmo e da sua família, pois, se fosse maior, a mais-valia ou lucro diminuiria à medida que o salário aumentasse. Também não pode ser menor, por muito tempo, do que o quantum necessário para manter-se em condições de produzir a mais-valia. Caso contrário, os trabalhadores morreriam e não haveria de onde extrair a mais-valia. Com isso, os capitalistas não teriam como manter-se, eliminando, portanto, o próprio modo de produção capitalista. Eis a maior contradição desse modo de produção, pois ao mesmo tempo em que o capitalismo desenvolveu forças produtivas cada vez mais sofisticadas para baratear as mercadorias e auferir maiores ganhos, não pode eliminar a força de trabalho.

A questão colocada parece muito estranha e bem difícil de acreditar. No senso comum, com base no discurso ideológico e hegemônico, o fenômeno salarial é visto como uma recompensa pelo esforço individual articulado à percepção das oportunidades⁸.

Porém, sob a ótica do materialismo histórico, para o qual a história da humanidade é a história da

⁴ O senso comum e as teorias burguesas, para justificar as desigualdades sociais, nos dizem que prosperam aqueles que se esforçam.

⁵ Em "O Capital", Karl Marx apresenta um minucioso estudo sobre o funcionamento da sociedade capitalista e suas contradições. Entre outros fundamentos, tal obra explica em detalhes a mais-valia e a diferença em "mais-valia absoluta" e "mais-valia relativa".

⁶ Nem todo trabalhador produz mais-valia, mas todos têm papel fundamental para a manutenção da sociedade capitalista.

Os funcionários públicos em geral não produzem mais-valia, pois não produzem mercadorias, exceto as estatais, a exemplo da COPEL, PETROBRÁS e outras.

⁷ Exceto no comunismo primitivo, primeira forma de organização social humana na qual não havia a propriedade privada, sempre existiram aqueles que viveram possibilitados pelos frutos do trabalho alheio. Todavia, o salário como conhecemos hoje é característico do modo de produção capitalista.

⁸ Os salários variam de acordo com diversos aspectos, dentre eles a capacitação profissional que inclui a experiência e a escolaridade do trabalhador. Todavia, estes aspectos que na aparência indicam apenas esforço individual, também são determinados em razão do seu quantum de trabalho socialmente necessário. Isaak Illich Rubin em "A teoria marxista do valor", capítulo XV, Trabalho Qualificado, explica essa questão.

luta de classes, tal como mencionado anteriormente, os capitalistas, que possuem os meios de produção, ao buscarem incessantemente maneiras para diminuir o custo de suas mercadorias, diminuíram também o valor das mercadorias necessárias para a manutenção e reprodução da força de trabalho, que vão “do estômago à fantasia”. Um exemplo elucidativo é o caso do feijão e do arroz, produtos comuns nas mesas dos brasileiros. Hoje o arroz é muito mais “barato” porque sua produção há muito é automatizada, ou seja, à base de equipamentos modernos e sofisticados que possibilitam uma grande colheita. O feijão, ao contrário, é uma lavoura para a qual ainda não há máquinas tão sofisticadas para sua produção, ficando a cargo da “agricultora familiar”. Portanto, o feijão é mais dispendioso porque sua produção é em menor escala e requer mais tempo de trabalho dos agricultores⁹.

Feitas essas brevíssimas considerações sobre o elemento vital do capitalismo, a mais-valia ou lucro, fica mais fácil de perceber que não é a felicidade humana o principal objetivo desse modo de produção.

Mas, enfim, qual a relação entre as práticas pedagógicas equivocadas e a mais-valia? Por que destacar a mais-valia num texto que aborda uma prática relacionada aos professores da rede pública? Primeiro porque embora os funcionários públicos não produzam mais-valia, eles estão inseridos e sofrem as consequências da exploração e das contradições do capitalismo. Porém, a questão principal está no fato que a parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores e destinada aos cofres públicos em forma de tributos, que deveria ser socializada para as necessidades primeiras como saúde, educação, moradia, saneamento, segurança, agricultura, arte, lazer etc, muitas vezes é redistribuída para os capitalistas em forma de subsídios que se dizem sociais, inclusive para as grandes multinacionais, para o sistema financeiro¹⁰ e até mesmo desviado em atos de corrupção.

Logo, embora o uso indevido do dinheiro público não seja recente, foi a partir da década de 90 do século XX, sob o neoliberalismo, que o Brasil reformou vários

setores públicos, cuja tônica comum foi diminuir ao máximo os custos nas áreas sociais e fomentar cada vez mais a passagem da responsabilidade pública para a esfera privada. Foi nesse contexto que aumentou a ênfase em projetos que na aparência imediata tinham como objetivo contribuir para uma sociedade melhor, mas que na sua essência eram artimanhas para a reprodução da exploração capitalista. O discurso sobre a centralidade da educação foi um destes artifícios, como se tentará esclarecer na próxima seção.

A conveniência do discurso ideológico na educação

Vimos que a mais-valia é a lei fundamental do capitalismo. **Porém, extrair a mais-valia não é uma tarefa tão simples** para aqueles que detêm o capital, pois nenhum ser vivo tem a predisposição inata de trabalhar para outro em detrimento de si mesmo (POMERANZ, 1963), razão pela qual o emprego da violência foi legitimado para a obtenção do trabalho excedente. Para tanto, os capitalistas valeram-se do Estado, pois:

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em vontade livre, destacada da sua base concreta. (MARX, 1998, p. 74)

Apesar do Estado sob a égide do capital possuir leis que garantem aos detentores dos meios de produção o trabalho excedente, e aos demais apenas o direito de vender a sua força de trabalho, a história do capitalismo apresenta incontáveis lutas entre capitalistas e os trabalhadores em busca de melhores salá-

⁹ Outro exemplo de fácil comprovação é o vestuário. Hoje, século XXI, mesmo os mais humildes podem se vestir razoavelmente. Mas nem sempre foi assim. Antes da Revolução Industrial o vestuário era tão dispendioso que as roupas eram usadas por mais de uma pessoa da família, principalmente as infantis, e eram deixadas de herança.

¹⁰ Um dos maiores escândalos em matéria de auxílio aos bancos foi o PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – no período de 1995 a 2000.

rios, condições de trabalho e de vida mais digna para si e seus familiares. Nessas lutas entre capitalistas e trabalhadores, muitas foram as revoltas, as greves, as revoluções e a “baixa de soldados” de ambos os lados.

Por tal motivo, a classe que detém os meios de produção precisa desenvolver e renovar mecanismos que além de garantir a sua condição, colaborem para que as multidões incorporem seu pensamento e, assim, vivam de acordo com as suas necessidades sem maiores questionamentos. Tal como colocado por Duarte:

[...] como a história já mostrou que o capitalismo não pode manter-se apenas lançando mão da repressão, existe uma busca incessante de formas de dissimilação da ideologia dominante e de disseminação de todo tipo de preconceitos e mistificações em relação a qualquer projeto político e social que conteste o capitalismo e defenda outras formas de organização societária. (DUARTE, 2004, p.6)

Nesse sentido, o discurso ideológico, proferido pela classe dominante na atualidade tem sido um instrumento valioso, pois subordina populações quase que inteiras de forma velada, “impedindo” a percepção sobre a necessidade de lutar contra os exploradores que acumulam riquezas à custa do trabalho alheio. Desta forma, ao “pregarem” constantemente suas verdades que carregam seus interesses para manter seu *status quo* de classe dominante, disseminam o capitalismo como a única e melhor forma de vida. Logo,

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX, 1998, p. 48)

O pensamento dominante com seus interesses de classe, a partir da visão neoliberal, referendado na Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em 1990 em Jomtien, que resultou no Relatório Jaques Delors, deliberou à educação o papel de elemento redentor da humanidade, capaz de salvar a sociedade de todos os males existentes, pois além transmitir os saberes sistematizados e acumulados, a educação também ensinaria a aprender a viver juntos, a conviver com os outros e, logo, aprender a ser.

Dessa forma, problemas como a desigualdade social, a violência, a exclusão, o preconceito e a exploração capitalista, enfim, a barbárie, seriam todos resolvidos pela educação, tornando a sociedade

atual num espaço mais justo, democrático e fraterno, tal como apontado no prefácio do relatório Jaques Delors: “Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” (DELORS, 2006, p.11).

Não se pretende negar a importância da educação, mas evidenciar três aspectos. Primeiro, que as desigualdades sociais e outras mazelas têm como origem principal a exploração do trabalho alheio, ou seja, o acúmulo de mais-valia, fato oculto sob a ideologia, explicado anteriormente. Logo, a qualidade do ensino ofertado é importante, mas não suficiente para garantir a aprendizagem e uma melhor sociedade. Segundo, que é preciso ter condições objetivas, materiais e imateriais, para conseguir “apreender” os conhecimentos acumulados ao longo dos séculos e fazer uso dos mesmos para melhorar as condições de existência. Terceiro, inegavelmente, a educação conduzida pelos governos representantes dos grandes capitais traz historicamente a dualidade estrutural, ou seja, uma educação para os integrantes da classe dominante e outra para a classe trabalhadora. A verdadeira e tão desejada “formação integral”, que desenvolve o ser humano em todos os seus aspectos, no capitalismo, limita-se aos poucos que conseguem “comprá-la”, sendo insuficiente a boa vontade dos profissionais da educação e dos pais dos estudantes, como se quer fazer pensar.

Todavia, garantir a educação como um direito dos cidadãos é algo dispendioso, que requer recursos materiais e profissionais qualificados – e satisfeitos – com as suas condições de trabalho.

Com relação às despesas com profissionais que atuam nas escolas, além de professores, há ainda a necessidade de gestores, pedagogas, inspetores, profissionais para a limpeza, cozinha, guardas municipais, profissionais para atendimento aos estudantes com necessidades especiais e profissionais para o trabalho administrativo das secretarias. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Curitiba há mais de 18 mil profissionais na área da educação¹¹.

Existem também **os gastos com a manutenção** predial das escolas, certamente um “calo” para as secretarias de educação, pois além do desgaste natural das instalações e equipamentos, ocorrem prejuízos decorrentes de roubos e vandalismos, agravados pela falta de instalações mais seguras e de pessoal de segurança adequado. Mesmo cientes da necessidade de aportar mais recursos financeiros à educação, os governos não o fazem.

Porém, aproveitando da falta de compreensão política, a classe dominante há muito “apela” à população, via seu discurso ideológico, para que contribua efetivamente com a educação. Um dos programas mais conhecidos com este objetivo foi o projeto “Amigos da Escola – Todos pela Educação”, criado em agosto de 1999 pela Rede Globo que por anos transmitiu nacionalmente propagandas com o objetivo de estimular a ação de voluntários nas escolas públicas brasileiras. A propaganda inicial trazia:

SEJA AMIGO DA ESCOLA

*Se você é um aposentado,
você poderia se tornar
um ótimo contador de histórias.
Se você é uma modelo,
você poderia se tornar
uma ótima recreacionista.
Se você é um arquiteto,
você poderia se tornar um
ótimo administrador.
Se você é um juiz, você poderia
se tornar um ótimo pintor.*

(CALDERÓN, 2009, p.6)

Alguns meses após, ano 2000, houve uma grande reação contra o projeto “Amigos da Escola” com a campanha “Valorização dos Profissionais da Educação”, de iniciativa dos estudantes de pedagogia. Estes pretendiam esclarecer à população brasi-

leira que a verdadeira intenção do projeto da Rede Globo era dar suporte ao Estado Mínimo, que busca desresponsabilizar o Estado de significativa parcela das obrigações e investimentos sociais. Nesse sentido, o programa “Amigos da Escola” contribuiu com a diminuição das despesas educacionais, uma vez que possibilitou a redução dos investimentos sociais fortemente aspirados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, pois muitos voluntários trabalharam gratuitamente nas escolas.

Apesar das tentativas de denunciar o projeto “Amigos das Escolas” como algo que fazia parte da ideologia dominante, de caráter neoliberal, no qual o Estado intervém o mínimo possível nas questões sociais e diminui ao máximo os gastos sociais, muitos profissionais da educação caíram em tal engodo. Com excelentes intenções, mas completamente despolitizados, não foram poucos aqueles que defendiam e repetiam que ser amigo da escola era assumir a sua parte em prol da qualidade do ensino no Brasil e lutar contra o que o discurso neoliberal propagava como paternalismo.

De certa forma, fritar pastéis, realizar bazares, vender rifas e outros similares são uma versão empobrecida e isolada do programa “Amigos da Escola”, pois quem se submete a tais práticas acredita que desta forma dá a sua contribuição pessoal em prol da melhoria da qualidade do ensino.

Embora a receita obtida através de tais práticas resolva alguns problemas imediatos, como pequenos reparos nas instalações e compra de materiais de grande consumo, como cartuchos de tintas para as impressoras e máquinas de xerox, não se pode negar que tais formas de arrecadação só colaboram para que as autoridades (municipais, estaduais e federais), continuem com as suas cantilenas sobre a prioridade da educação, todavia sem atitudes para transformar tais discursos em realidade.

¹¹ Segundo dados da SMRH/Núcleo de Recursos Humanos da Educação, o setor de educação em Curitiba possui atualmente o total de 18211 profissionais em diversos cargos. Destes, 11944 ocupam cargos de “Profissional do Magistério” sendo 8937 na Docência I, 1519 na Docência II, 1316 no Suporte Técnico Operacional e 172 na Assistência Pedagógica. Além desses, há 4291 Educadoras que ainda não estão no cargo do magistério.

Enquanto as escolas buscam formas para obter receitas porque as verbas que recebem são insuficientes, no município de Curitiba, num passado bem recente, trechos de calçadas do Batel, um dos bairros que tem o metro quadrado mais caro da cidade, receberam calçadas de granito pagas com recursos públicos. Este fato torna-se ainda mais grave porque, segundo as leis vigentes, quase todas as calçadas em frente às residências comuns devem ser pagas pelos proprietários.

Outro fato que não pode ser esquecido é que, enquanto as escolas fritam pastéis, fazem rifas, bazares e professoras pagam pelo *xerox* e outros materiais que utilizam no trabalho pedagógico com seus alunos, além de levarem trabalho para casa, bilhões de reais foram gastos com a Copa do Mundo, embora o discurso vigente continue a afirmar que a educação é mais importante do que um título de campeão mundial de futebol. De acordo com o boletim nº. 552 da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná foram gastos R\$ 8 bilhões nas construções dos estádios para a Copa do Mundo, recursos suficientes para a construção de 2.263 escolas para 432 alunos por turno¹².

Entretanto, mudar a precariedade das instituições de ensino com atitudes que buscam resolver problemas pontuais dentro de cada uma das inúmeras escolas, em nada ajuda a transformar a realidade da educação e menos ainda da sociedade. Aliás, sobre os problemas mais graves da educação, pouco se pode fazer no interior das escolas, pois são problemas sociais que refletem a lógica e as contradições da acumulação capitalista, que só serão vencidas quando superado o próprio modo de produção que sobrevive à custa do trabalho excedente.

A melhor forma para a obtenção de melhorias na educação escolar, porém menos cômoda e algumas vezes imensamente desconfortável, está no enfrentamento de forma politizada, ou seja, posicionando-nos de acordo com a nossa condição de classe trabalhadora que numa sociedade capitalista recebe apenas o suficiente para manter-se em condições de trabalhar a fim de continuar sendo explorada pela classe dominante.

Porém, para tanto, precisamos ter clareza dos fenômenos sociais que nos rodeiam e determinam as condições de nossa existência. Logo, compreender a estrutura e os fundamentos do modo de produção capitalista, em especial a mais-valia, é imprescindível para que não sejamos iludidos com “receitas” que à primeira vista parecem bem intencionadas, como

ações para conseguir dinheiro para ajudar as escolas, mas cujo propósito está em desviar aquilo que nos é de direito a favor dos grandes capitais.

Considerações Finais:

Embora de forma muito sucinta, pois a questão levantada é polêmica e complexa, o esforço do presente texto esteve em esclarecer os motivos pelos quais constitui uma imensa ilusão a tentativa de sanar problemas da educação pública com a venda de pastéis, rifas e bazares. Tal compreensão não é algo fácil, pois vivemos sob um discurso velado, rebuscado, que nos faz acreditar que tais atitudes ajudam os mais humildes a prosperar.

Nesse contexto, a ideologia dominante transmite valores, ideias e sentimentos que se objetivam em regras de funcionamento de um coletivo que na sua aparência imediata apresentam-se como valores universais e não como particulares, com interesses próprios e contrários aos da maioria. Uma das ideias mais fortes consiste em incutir que cada um é aquilo que consegue em função de seus esforços pessoais, por suas opções, ou então, por um dom divino recebido e que possibilita determinada inserção profissional e social. Melhorar as condições de existência dependeria apenas de empenho e responsabilidade.

Assim, inserida e alienada na lógica do capitalismo, a maioria da população executa as atividades mais árduas, menos prazerosas, pouco recompensadoras, enquanto poucos conseguem satisfazer todas as suas necessidades com o que há de melhor no planeta.

Dessa forma, a ideologia que nasce no berço da classe dominante com a sua visão de mundo é incorporada pelas demais, criando uma hegemonia para trazer a necessária coesão e funcionamento sem maiores críticas e revoltas, e pior, com a falsa ideia de que a organização social vigente – a sociedade capitalista – é uma evolução e melhor forma possível de existência da humanidade¹³.

Contudo, os capitalistas não se restringem ao discurso ideológico para manter seu *status quo*. Por meio de seus representantes, muitos outros instrumentos são utilizados, como as chamadas políticas afirmativas ou compensatórias, que abrandam algumas demandas sociais, mas resolvem os problemas de alguns e apenas superficialmente. Um bom exemplo está no Programa Universidade para Todos (PROUNI), pois ao financiar o ensino superior privado, além de acalmar os ânimos em razão do número de vagas insuficientes nas universidades públicas, ainda contribuem com o acúmulo de riqueza dos capitalistas do ramo educacional.

¹² Uma escola com 12 salas de aula e quadra coberta, financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), custa R\$ 3,5 milhões. Boletim eletrônico APUFPR-SSind nº. 552 de 25 de junho de 2014. Disponível em <http://www.apufpr.org.br>

¹³ Vale lembrar que já tivemos outras formas de organização social: Comunismo Primitivo, Antiguidade Clássica (escravos) e o Feudalismo (servos). A passagem do Capitalismo para outro modo de produção é uma necessidade histórica, embora muitos neguem este fato.

Por todas as razões mencionadas, precisamos compreender os fenômenos educacionais e sociais a partir do enfoque científico, para além do senso comum.

Logo, uma análise crítica e consistente das questões educacionais da sociedade brasileira no presente momento, inclusive para entender o porquê fritar pastéis, fazer bazares e vender rifas são práticas enganosas que nos afastam cada vez mais de uma educação pública de qualidade, exige uma reflexão com base numa fundamentação teórica que consiga revelar as raízes e os fundamentos da sociedade capitalista. Somente ao perceber o capitalismo como síntese de múltiplas determinações e contradições que possibilita a dominação e a exploração da mais-valia a partir da propriedade privada dos meios de produção, compreenderemos que fritar pastéis é colocar-se do lado errado da luta por uma sociedade mais digna.

Portanto, é preciso muito cuidado para não nos deixarmos levar por aparatos teóricos – divulgados em discursos e outros meios de comunicação – que buscam comprovar a possibilidade de humanização do capital, que ignoram ou ocultam que a realidade do capitalismo é aquela na qual há duas classes com interesses antagônicos. Tais teorias são incapazes de contribuir naquilo que nós, professores da rede pública e trabalhadores, há muito buscamos: uma educação plena e uma vida para além da venda da nossa força de trabalho.

Eis a razão pela qual a teoria que esclarece a nossa existência como seres alienados e explorados é demonizada com a mesma intensidade com que as teorias que justificam e naturalizam os interesses da classe dominante são cantadas em verso e prosa.



Referências bibliográficas:

- APUFPR-SSIND. **Valor gasto em estágios é maior que investimentos em educação.** Boletim Eletrônico da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – SETOR SINDINDICAL DO ANDES no. 552 de 25/06/2014. Disponível em <http://www.apufpr.org.br/6-1/4606/valor-gasto-em-estadios-e-maior-que-investimentos-em-educacao-em-2013>. Acesso em 26.06.2014.
- CALDERÓN, A.I. **Projetos Amigos da Escola: uma complexa parceria público-privada.** Olhar de Professor. Vol. 12, p. 11-32. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=68412833001>. Acesso em 20.06.2014
- COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Cadernos do ICP nº 01.** ANTONIO GRAMSCI E O CONCEITO DE HEGEMONIA. Disponível em: <http://dariodasilva.wordpress.com/2012/11/30/antonio-gramsci-e-o-conceito-de-hegemonia1/> Acesso em 30.05.2014
- DELORS, J. (org) **Educação: um tesouro a descobrir.** 10 ed. São Paulo: Cortês, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.
- DUARTE, N. **Vigotsky e o “Aprender a Aprender”.** Críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da Teoria Vigotskiana. 3 ed. Campinas: Editores Associados, 2004;
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes
- MARX, K. **“O Capital”.** Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- POMERANZ, L. **Que é o salário?** São Paulo: Fulgor, 1963.
- RUBIN, I.I. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Brasiliense, 1980.